



ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2019.-----

No dia 16 de abril de 2019, às 10:30 h, na sala de sessões, em Belo Horizonte, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Gério Patrocínio Soares, Defensor Público-Geral e presidente do Conselho Superior, Luciana Leão Lara Luce, Subdefensora Pública-Geral, Flávio Nelson Dabés Leão, Corregedor-Geral, Marco Túlio Frutuoso Xavier, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Heitor Teixeira Lanzellotti Baldez, Felipe Augusto Cardoso Soledade, Fernanda de Sousa Saraiva e Richarles Caetano Rios. Presente ainda o presidente da Adep, Fernando Campelo Marteletto.

Havendo *quorum* regimental, o dr. Gério declarou a aberta a sessão.

Prossequindo com os trabalhos, o dr. Gério deu as boas-vindas ao novo presidente da Adep, Fernando Campelo Marteletto, cuja posse ocorreu recentemente e o desejou boa sorte nesta nova fase.

Em seguida foi lida e aprovada a ata da 3ª sessão ordinária de 2019, realizada no dia 15 de março.

Pelo secretário do Conselho Superior foi dito não haver inscritos ao momento aberto, indagado pela presidência.

Relativamente ao item 3, o procedimento nº 044 de 2009, proposta de criação do Conselho Gestor de Segurança da Informação no âmbito da Defensoria Pública (CGSI), foi dada a palavra à relatora, conselheira Luciana Lara, que assim se manifestou: *"Excelência, bom dia, cumprimento os nossos pares, o presidente da Adep, Fernando Marteletto, ilustre colega com quem tive a honra de ingressar na Instituição; gostaria de sugerir, senhor presidente, cumprimento também os servidores aqui presentes, a pedido do conselheiro Richarles, que nós façamos em reserva uma apresentação aos conselheiros acerca do termo de conduta que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais firmou com a Vale para que o Conselho Superior possa tomar conhecimento das diretrizes que ali constam no documento, então eu peço a inversão da ordem da pauta, em relação ao item 3, para que Vossa Excelência abra a palavra ao conselheiro dr. Richarles para a as explicações necessárias"*.

Todos concordaram com o pedido de inversão de pauta sugerido pela conselheira Luciana Leão Lara Luce.

1



O presidente da Adep, Fernando Marteletto agradeceu a acolhida e disse que a Adep tem o costume de gravar as sessões do Conselho Superior, mas que diante dos novos equipamentos mais tecnológicos que estão sendo disponibilizados nesta sessão, gostaria de requerer que este Conselho Superior autorize, doravante, que as gravações realizadas possam ser disponibilizadas à associação de classe para que ela possa também disponibilizá-la no site, o que dispensaria a necessidade de gravação também pela própria Adep; disse que com esta medida, o compartilhamento das gravações, poderia ser dispensado o funcionário da Adep aqui presente e recolhido o equipamento.-----

A dra. Luciana indagou do SGI Adriano sobre a disponibilidade dos novos equipamentos, especialmente sobre a gravação utilizando os aparelhos de videoconferência.-----

O SGI Adriano sugeriu que se aguarde um período de testes de pelo menos duas sessões para o compartilhamento das gravações, com o que todos concordaram.-----

Da mesma forma, acatando sugestão da conselheira Luciana Leão Lara Luce, às 10:34 h, a sessão tornou-se secreta, na forma do art. 8º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Superior, sendo dada a palavra ao conselheiro Richarles Caetano para a apresentação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Defensoria Pública e Vale.-----

O conselheiro Richarles encerrou a sua apresentação às 11:30 h e os debates prosseguiram até às 11:50 h, oportunidade na qual foi restabelecida a publicidade da sessão.-----

Assim, às 11:50 h, restabelecida a publicidade da sessão e sob a presidência da conselheira Luciana Leão Lara Luce, a mesma sugeriu a inversão da pauta para análise do item 4, a escolha do novo integrante do Núcleo de Brasília, com o que todos concordaram.-----

O conselheiro Galeno informou que o defensor Flávio Aurélio Wandeck Filho foi o único inscrito a compor o Núcleo da Defensoria em Brasília e fez a leitura do requerimento de inscrição.-----

Colocado o nome do defensor Flávio Aurélio Wandeck Filho à apreciação dos nobres conselheiros com ele todos concordaram, devendo, então, ser oficializada a escolha para posterior publicação da Resolução pelo gabinete da Defensoria-Geral.-----

2

Com a indicação do defensor Flávio Aurélio Wandeck Filho para integrar o Núcleo de Brasília, a dra. Luciana sugeriu dar vista ao mesmo da portaria nº 001/09, da lavra do coordenador local, que trata da nova distribuição dos trabalhos, para que ele possa opinar, com o que todos concordaram.-----

Relativamente ao item 6, ficou definido o dia 10.5.19, data da 5ª sessão ordinária, para a aposição do retrato da ex DPG Christiane Neves Procópio Malard na sala de reuniões do Conselho Superior.-----

Também ficou definida a realização da 3ª sessão extraordinária de 2019, no dia 09.5, considerando o grande número de procedimentos aguardando entrada em pauta.-----

Os trabalhos foram suspensos entre 12:00 h e 13:51 h, para almoço.-----

Relativamente ao item 3, o prosseguimento da análise do procedimento nº 044 de 2009, que trata da criação do Grupo Gestor de Segurança da Informação no âmbito da Defensoria Pública, foi dada a palavra à dra. Luciana que sugeriu a adoção do mesmo método utilizado na 3ª sessão ordinária de 2019, com a continuidade da análise artigo por artigo da minuta, e com os esclarecimentos pelo SGI Adriano, com o que todos concordaram.-----

Considerando que na 3ª sessão ordinária de 2019, realizada no dia 15.3, foi aprovada a redação do art. 1º ao 10, os trabalhos foram retomados a partir da seção III, do monitoramento, a partir do antigo art. 10, a ser renumerado art. 11.-----

Prosseguindo com os trabalhos, a Dra. Luciana fez esclarecimentos ao presidente da Adep Fernando Marteletto sobre o trâmite do procedimento no âmbito do Conselho.-----

A dra. Luciana prosseguiu com a leitura do art. 10, a ser renumerado art. 11, do monitoramento, passando a palavra ao SGI Adriano para os esclarecimentos pertinentes.-----

Assim, os trabalhos prosseguiram com a apresentação artigo por artigo da minuta apresentada, com os esclarecimentos pelo SGI Adriano, sugestões e debates pelos conselheiros.-----

Ficou definido o envio de memorando à STI para que viabilize a vedação de usuário genérico e crie usuário com permissão de acesso intermediário, com a emissão de posicionamento técnico sobre os prós e contras.-----



A dra. Luciana sugeriu a inserção no contrato de estágio de termo de responsabilidade de acesso à intranet, email, casa, etc..., com o que todos concordaram.-----

Os trabalhos foram suspensos após a análise do art. 34, da minuta apresentada, sendo retomados na próxima sessão e a partir da seção III, do monitoramento e bloqueio de sítios, art. 35, em diante.-----

Quanto ao item 5, a análise da metodologia a ser adotada na reforma da Deliberação nº 011/09, foi dada a palavra aos conselheiros para se manifestarem.-----

O conselheiro Galeno falou da necessidade de se uniformizar o entendimento e externar o que queremos doravante para a Instituição; disse que pelo Planejamento Estratégico ficou claro que a maioria clama por uma alteração na Deliberação nº 011/09, e esta alteração tem que ser uniforme, que não podemos adotar padrões diversos.-----

A dra. Luciana discorreu sobre o caso concreto de Lafaiete; disse que o conselheiro Heitor apresentou voto no sentido de que o mérito deve ser enfrentado por ocasião da análise da reforma da Deliberação nº 011/09, ao que parece, e que o Conselho Superior entendeu que nestes dois casos específicos, Lafaiete e Araguari, devíamos enfrentar o mérito em razão da urgência; disse que solicitou vista do procedimento e que apresentou voto e as duas defensoras interessadas se manifestaram no sentido de que o voto não fez alusão à manifestação delas e foi verificada a necessidade de reformular a documentação que estava incompleta nos autos do procedimento; disse que este saneamento já foi feito e aguarda da juntada da ata; disse que a sua intenção é apresentar o voto e reabrir novamente aos colegas para manifestação, já constando a análise com a consideração das colegas Cláudia e Eliane; disse que a intenção da pauta de hoje é traçarmos algumas diretrizes que certamente irão pautar o voto do CS em relação aos dois procedimentos e aos demais que virão.-----

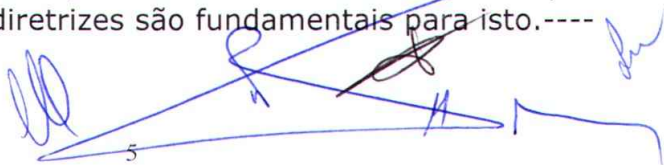
O conselheiro Felipe lembrou do procedimento do conflito de atribuições da área de família da Capital e o conselheiro Galeno disse que a relatoria está a cargo do conselheiro Heitor e aguardando pauta; disse que na verdade está prevalecendo o acordo anterior, considerando o efeito suspensivo dado ao recurso.-----

4

O dr. Gério disse que os ânimos ainda não se acalmaram, que talvez o do pessoal das varas, mas os colegas da inicial não estão tão calmos assim; disse que a indefinição é o pior; que a decisão do ponto de vista formal chegou à conclusão diversa, de que eles não possuem obrigação, em relação às ações vinculadas, mas chegou-se a um acordo, suspendendo os efeitos da decisão.-----

O conselheiro Felipe Soledade assim se manifestou: *"a gente podia já começar a avançar na discussão destes três casos; o que eu identifiquei nestes três casos é que a gente tem vivido muito conflito negativo de atribuição; estamos vivendo muito isso e isso me remete aos órgãos plúrimos, a metodologia de funcionamento do meu local de origem; acho que a mesma metodologia que funciona no meu órgão de origem poderia ser implementada nos demais órgãos de atuação; o que me demove é que a gente não tem uma espécie de gatilho para evitar que as aposentadorias, exonerações, as remoções, acabem por sobrecarregar os que ficam; estas duas questões poderiam ser enfrentadas na discussão concreta, o compartilhamento de atribuições; talvez fosse interessante ouvir os coordenadores das Desits para que apresentem impressões sobre as distribuições de atribuições compartilhadas; temos que evitar que estas exonerações, aposentadorias, possam criar obrigações inatingíveis para aqueles que ficam; são duas considerações que acho interessante; agrego a terceira consideração que é a experiência do Núcleo de crise e que pairam acima da discussão de órgão de atuação normal; no compartilhamento de atribuições os colegas se organizam de acordo com a própria demanda; estamos vivenciando formas diferentes de atuação com foco eminentemente no extrajudicial; é fundamental esta discussão prévia do que é mais importante; temos que fazer esta pergunta: o que é mais importante para a Defensoria, para os assistidos? Alguma coisa vai ficar de fora, mas temos que estabelecer quais as prioridades da Instituição, quais as formas mais justas de divisão de trabalho e quais as formas de divisão de trabalho a evitar em sacrifício excessivo aos defensores".-----*

O dr. Gério disse que temos que trazer segurança para atuação e que a Deliberação nº 011/09 tem esta finalidade também, de dar segurança e estas diretrizes são fundamentais para isto.-----



5



O conselheiro Felipe Soledade disse que a Deliberação nº 011/09 foi uma conquista enorme; disse que a gente tinha muito receio de ingerência, de como a movimentação na carreira iria acontecer; que não tinha este critério técnico-objetivo de hoje e isto era uma insegurança muito grande; disse que estava na Adep à época; disse que foi ótimo para a época a Deliberação nº 011/09; disse que hoje a forma de atuação mudou e que precisamos repensar a forma de trabalho, menos engessada, mas com o gatilho para resguardar o defensor principalmente deste risco, de exonerações, aposentadorias, vacâncias, que a gente vê toda hora; disse que tem que ter algum gatilho que impeça sobrecarga dos colegas.-----


A dra. Luciana disse que *"qualquer tipo de discussão em relação à Deliberação nº 011/09 deve ter por parâmetro sobretudo o nosso Planejamento Estratégico e que o nosso Planejamento Estratégico é muito claro quando nos diz que um dos pontos destacados nas entrevistas que foram realizadas é justamente o grau de vinculação deste organograma estrutural construído pela Deliberação nº 011/09 com a estrutura do judiciário; esta é uma questão que necessariamente teremos que enfrentar; a nossa prioridade hoje é a atuação extrajudicial? Nós temos condições de criar um modelo com ênfase nessa desvinculação às varas judiciais? A proposta que o Felipe sugeriu, essa ideia hoje de Núcleo, de divisão das atribuições mantendo as atribuições originais de cada órgão, a possibilidade desta distribuição de serviços ser construída hoje mediante o trabalho do coordenador local junto com o gabinete da Defensoria-Geral, a Corregedoria-Geral, o Conselho Superior, as três instâncias, pode ser um caminho norteador para início das discussões da Deliberação nº 011/09; quais são as prioridades da nossa atuação institucional? Talvez esteja aí o início para as nossas discussões."*-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que *"a gente criou feudos; o ruim da Deliberação nº 011/09 foi isso; você criou zonas de conforto e algumas pessoas que concorreram para isso, só que isso tem um ponto de vista particular, ou seja, eu quero aquilo ali porque aquilo ali me parece mais tranquilo, me parece mais confortável; só que as coisas mudam, o tempo passa e o interesse prioritário não é o interesse do defensor; às vezes o interesse pessoal não é o interesse da Corporação, não é o interesse do assistido e a gente não pode ter como critério*

primeiro o interesse pessoal; então a gente vai acabar mexendo com algumas situações pessoais; vamos pagar o preço por isso, vamos ganhar uns inimigos a mais, mas quem se candidatou a concorrer a qualquer cargo público tem esse ônus; a gente tem que ter um critério e talvez a importância desses casos seja isso; temos que criar um critério objetivo e adianto os três que acho mais necessários que são os órgãos prioritários, priorizar o trabalho compartilhado e criar gatilhos para evitar o sobrecarregamento daquele órgão plúrimo pelas saídas; acho que com esses três elementos a gente cria uma lógica mais objetiva e em alguns casos que talvez não sejam tão pontuais assim o Conselho vai ter que fazer valer a sua vontade mesmo contra o interesse pessoal dos defensores e tenho muita tranquilidade em dizer que isso vai ser muito temporário, porque o modelo que eu vivencio na Desits hoje é muito mais interessante do que o modelo que eu também vivenciei nas varas cíveis, em Teófilo Otoni, e que tínhamos uma solidariedade muito grande; talvez esse seja o elemento fundamental; talvez haja falta de solidariedade de muito colega; o colega acha que organizou a vida em função disso e azar do meu colega e isto daí não pode ser critério para distribuição de trabalho em Instituição Pública".-----

O conselheiro Heitor Baldez disse concordar plenamente com os pontos colocados pelos conselheiros Felipe e Luciana e se referiu à fala desta sobre ter o Planejamento Estratégico como referência; disse que a primeira coisa que a gente tem que pensar em alterar a Deliberação nº 011/09 é ter uma visão institucional do que será feito e descobrir qual caminho queremos seguir como Instituição, a gente quer tocar em quais áreas, acrescentou; o primeiro ponto é estabelecer isso e daí a gente parte para mexer na Deliberação nº 011/09; disse que a consulta feita à classe foi excelente, democrática e permite que os colegas mostrem a sua visão do que querem de Defensoria, mas a gente não pode trabalhar a alteração da Deliberação nº 011/09 com base em casos fracionados; disse que a gente tem que ter uma visão institucional, tentar replicar esta visão nas comarcas e analisar as colocações dos colegas para aplicar esta visão ou até para definir qual vai ser a visão institucional; disse que não leu todas as propostas ainda, mas que podemos tirar delas ideias interessantes para fechar esse foco; qual é o foco da Defensoria? A gente vai continuar atuando de uma maneira

7



próxima do que é hoje com uma organização diferente ou a gente vai mudar o foco de atuação e dar efetiva prioridade a determinadas áreas? Indagou; disse que saúde deve ser prioridade em toda e qualquer sede de Defensoria em que a gente atue; citou caso de atuação em saúde na Defensoria de Varginha e disse que onde tem Defensoria deverá, então, ter atendimento na área da saúde, por esse raciocínio.-----

O conselheiro Felipe disse que não faz sentido fazer revisonal de contrato bancário para discutir taxa de R\$20,00 e deixar o assistido morrer na fila do SUS.-----

O conselheiro Heitor disse que antes de analisar pontualmente cada colocação feita pelos colegas a gente tem que firmar o que a gente quer para a Defensoria Pública e isso está demonstrado no Planejamento Estratégico, que traz uma grande ideia disso; temos que ver como o mundo que nos cerca hoje está andando; temos que estabelecer prioridades; qual a prioridade da Defensoria Pública? Indagou. A meu ver a prioridade número um é saúde, já que a população brasileira sofre com a falta dela, é a nossa pedra de toque, finalizou.-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que a gente tem que aproveitar muito a experiência do Núcleo de Crise; disse que foi uma situação que a gente criou aqui premidos pela necessidade e é um modelo de funcionamento administrativo diferente de tudo que já tínhamos feito e foi e é exitoso; quem sabe para saúde não pensamos também em um modelo unificado de atuação para todo Estado, sugeriu; disse que a gente tem que começar a inventar novas formas de atuação e que o mundo mudou muito, que da época da Deliberação nº 011/09 para cá tudo mudou muito; disse que a Defensoria mudou completamente, que estamos replicando formas de atuação e os colegas estão acostumados a isso; disse que temos que ter esse desenho do que a gente faz primeiro, como saúde, exemplificou; citou exemplos de priorização de atendimento em comarca onde atuou.-----

O conselheiro Heitor disse que exatamente a gente tem que ter esta prioridade; disse que infância e família são essenciais também; disse que é preciso primeiro estabelecer essa prioridade.-----

O dr. Gério discorreu sobre o formato de atendimento na área de saúde da Defensoria de Belo Horizonte, especificamente sobre a distribuição de senhas; falou de órgãos sobrecarregados

e que não adianta simplesmente aumentar o número de senhas; disse que é imprescindível outras formas de atuação, como o extrajudicial, das estratégicas, tendo um gatilho para atuar; na saúde, por exemplo, a forma de distribuir esta força de trabalho tem que ser avaliada e vai depender até da análise da situação de cada comarca, disse.-----

O conselheiro Felipe Soledade sugeriu a realização de uma primeira reunião para definir o que é prioridade, com base no Planejamento Estratégico, e depois se discute a forma de atuação de cada uma delas; citou formas de organização da área de saúde no Estado inteiro, a atuação extrajudicial, o atendimento por câmaras e disse que temos que ter um rito antes.-----

O dr. Gério discorreu sobre a atuação mencionada pelo conselheiro Felipe; falou da realidade do PJE e que ela permite que tenhamos uma força de trabalho em um local e uma força de apoio em outro.-----

O conselheiro Heitor disse que hoje a execução penal não precisa funcionar por comarca; disse que é certo que a execução penal será prioridade e que talvez seja possível regionalizá-la, já que tudo é eletrônico; citou exemplo de atuação na execução penal; é possível o atendimento local e o apoio fora do local, citou, concordando com o dr. Gério.-----

O conselheiro Felipe disse que temos que ter diretrizes em nível estadual e que a gente não pode ser pautado pela porta; disse que temos que discutir um critério uniforme de recuperação de crédito, por exemplo; disse que em cada regional a discussão de contrato bancário é diferente entre Defensorias; disse que esse formato de atuação não permite a atuação extrajudicial; discorreu sobre os programas de educação em direitos, como o superendividamento, que a gente não tem; sugeriu a discussão de um critério uniforme de recuperação de crédito, por exemplo. O conselheiro Heitor disse que cláusulas de contratos bancários são os mesmos em qualquer lugar.-----

O dr. Gério falou da importância em se dar segurança normativa à atuação do defensor e citou exemplo; disse que essa segurança é importante para a atuação da Corregedoria também.-----

A dra. Luciana lembrou que a solução pacífica dos conflitos é nossa missão institucional também.-----

O dr. Gério disse que o nosso ponto de partida deve ser o Planejamento Estratégico.-----

Os debates sobre as variadas formas de atuação prosseguiram e ficou definido pela realização de reunião com a equipe do Planejamento Estratégico.-----

Em comunicados da Administração Superior, a dra. Luciana falou que a Escola Superior adquiriu 6 convites para o XI Congresso em Direito Administrativo e que desses, 3 são para a Administração Superior; disse que solicitou à coordenadora da Escola que enviasse email para que os respectivos órgãos indiquem representantes; disse que o congresso será realizado de 06 a 08 de maio na Fundação Dom Cabral, que é um congresso que envolve vários doutrinadores, alguns juristas, docentes, e que tratará de diversos assuntos importantes; por fim, pediu a indicação de um representante do CS.-----

O conselheiro Marco Túlio falou do Congresso Nacional dos defensores de júri, a ser realizado de 11 a 13/09/19; agradeceu o apoio da DPAL e da Associação; disse que participará como convidado, juntamente com os defensores Adhemar Della Torre e Flávio Lelles, que conversou com o Fernando Marteletto e a Eden para sortear algumas inscrições aos colegas que queiram participar; disse que o congresso é exclusivo para defensor, sendo bem interessante mesmo, e que participou dos últimos e que contam com o apoio do gabinete e da Escola.-----

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 17:20 h, lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 16 de abril de 2019.-----

Gério Patrocínio Soares

Luciana Leão Lara Luce

Flávio Nelson Dabés Leão

Marco Túlio Frutuoso Xavier

Galeno Gomes Siqueira

Heitor Teixeira Lanzellotti Baldez

Felipe Augusto Cardoso Soledade

Fernanda de Sousa Saraiva

Richarles Caetano Rios

Fernando Campelo Marteletto